

IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE: REFLETINDO SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA DO IFAL

Stephanie Silva Weigel Gomes¹
Regina Maria de Oliveira Brasileiro²

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo compreender a identidade profissional docente dos professores que atuam no curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Alagoas, a partir da sua formação enquanto professor e do trabalho docente desempenhado na instituição de ensino. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual teve como abordagem metodológica a pesquisa narrativa. Os sujeitos escolhidos para essa investigação foram os professores efetivos, do eixo específico, do Instituto Federal de Alagoas - Campus Maceió que atuam no curso de licenciatura em Química. A pesquisa está fundamentada sobre os estudos de Pimenta (2002), Hall (2009), Nóvoa (2000), entre outros. Entre os resultados encontrados, foi possível notar que não somente os docentes, mas também o IFAL, estão em processo de construção de suas respectivas identidades profissionais

Palavras-chave: Identidade profissional, Formação docente, Formação inicial.

INTRODUÇÃO

Problemáticas que abordam a profissão docente nos permitem repensar e ressignificar a formação de professores, por isso discutir o tema é uma atitude desafiadora e instigante, a qual também nos faz refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem nos cursos de licenciatura a fim de melhorar a qualidade da educação no país. Sabemos que há uma escassez na procura por os cursos de licenciatura, principalmente os voltados para as áreas dos cursos de exatas, uma vez que a carreira docente está sempre condicionada a baixos salários, condições precárias expostas dentro da escola e da sala de aula, entre outros.

Por esse motivo, muitas tem sido as tentativas de políticas de governo para incentivar a formação de professores com criações de programas como PARFOR, FIES, PROUNI, entre outras. Nessa mesma perspectiva de incentivos a formação docente, o governo federal propõe a criação dos cursos de licenciatura nos Institutos Federais, o que até então vinha a ser os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), dessa forma a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 estabelece que:

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na

¹ Mestrando do Curso de Ensino de Ciências e matemática - UFAL; stephanie_weigel@hotmail.com

² Professora Orientadora: Doutora em Educação, IFAL, reginabrasileiro@gmail.com

conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

A partir desta lei 20% das vagas dos institutos federais, devem se destinar aos cursos de licenciatura, além disso, uma proposta talvez ousada nas matrizes curriculares desses cursos, a fim de formar professores com um olhar de fato mais pedagógico, licenciados realmente preparados para atuar dentro de sala de aula, coisa muito diferente do que vinha acontecendo nos cursos de formação de professores das universidades federais, onde muitos ainda possuem características de cursos de bacharel, principalmente os das áreas de exatas, onde há uma dedicação maior as disciplinas do eixo específico, quase que ignorando uma formação pedagógica necessária para atuação em sala de aula.

Por esses motivos , para realização dessa investigação, a maior inquietação perpassa pela discussão de qual seria a razão da criação dos cursos de licenciatura nos Institutos Federais e qual a identidade docente dos profissionais da educação, em especial do curso de licenciatura em química, para atuarem nesse nível de ensino, considerando que ao ingressar em um Instituto federal, os professores devem estar aptos a atuar desde a educação básica até o ensino superior e uma possível pós-graduação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, a qual tem como principal objetivo enfatizar o processo como um todo do que o produto, preocupando-se em retratar a perspectiva de todos os sujeitos que contribuíram para a pesquisa. Na pesquisa qualitativa todas as pessoas que participam da pesquisa são reconhecidas como sujeitos que elaboram conhecimentos e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõem-se, pois, que elas têm um conhecimento prático, de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam as suas ações individuais (CHIZZOTTI, 2001, p. 38).

Desta forma, compreendemos que analisar os dados coletados durante a pesquisa qualitativa significa “trabalhar” com todo material a ser obtido durante a investigação: relatos de observações, respostas de questionários, transcrições de entrevistas, análises de documentos, entre outras informações. Utilizamos também a pesquisa narrativa como abordagem metodológica, pois esta possibilita o resgate da memória, e o relato das vozes dos sujeitos investigados, agregando sentido e significado ao que está sendo narrado. Segundo Guedes-Pinto (2002, p. 108), “a narrativa constitui-se, assim, como um instrumento de resistência, do ponto de vista do entrevistado, que pôde trazer possibilidades de um pensar sobre suas ações, inclusive de encontrar respostas para as suas inquietações, abrindo-lhes novas perspectivas, desvendando formas de resistir [...]”. As narrativas são compreendidas, ainda, como práticas sociais e expressões de experiências vividas. Para iniciar os procedimentos metodológicos desta pesquisa

foi feita uma pesquisa bibliográfica a respeito do tema, a fim de obter dados para o referencial teórico a ser utilizado durante a investigação, também foram estudados os documentos de implantação dos cursos de licenciatura nos institutos federais e o projeto pedagógico semiestruturada com o objetivo de caracterizar e detalhar as narrativas dos professores que foram investigados.

Os sujeitos escolhidos para a investigação foram os professores do eixo específico que atuam no curso de licenciatura em química do IFAL- campus Maceió. Foram investigados 30% dos professores efetivos lotados neste curso, sendo um total de 7 professores.

Formação Docente nos Institutos Federais

Fazendo uma breve retrospectiva histórica, é possível perceber que já nos antigos CEFETs, em 2000, havia a oferta de cursos de formação de professores nestas instituições, conforme o Decreto 3.462/2000, no seu Art. 1º, o qual confere autonomia para os CEFETs oferecerem “[...] cursos de formação de professores para as disciplinas científicas e tecnológicas do Ensino Médio e da Educação Profissional”.

Em 2003 houve um maior investimento no ensino superior dentro dos CEFETs, com aumento do quadro docente, melhoria da infraestrutura, ampliação da carga horária e duração dos cursos, mas não houve nenhuma articulação para a reorganização dos cursos de licenciatura implementando nas instituições até então.

Sendo assim Lima; Silva (2011, p.4) chamam a atenção para o posicionamento de alguns estudiosos da área sobre a implantação da formação do professor nos IFs.

Segundo Sousa e Beraldo (2009) essas normatizações sobre formação de professores nos IFs representam iniciativas para a solução do problema da escassez de professores, e reconhecem que o desafio imposto a essa nova institucionalidade pode gerar uma crise de identidade de tais instituições, uma vez que elas devem formular projetos educativos para atender alunos de diversas faixas etárias e níveis de ensino. Lembram que o histórico das instituições que compõem a RFEPT está diretamente relacionado à formação de profissionais para áreas técnicas. As experiências na formação de professores são recentes e restritas a algumas instituições. Afirmam ainda que esse quadro tenha implicações no trabalho docente e pode comprometer a qualidade do ensino.

A partir de 2008 a discussão a respeito da identidade profissional docente, começa a surgir com maior força, partindo da discussão da implantação dos cursos de licenciatura na Rede Federal de Educação de Educação Profissional em Tecnológica, que se deu neste mesmo ano.

Como objetivo das licenciaturas nos IFs, Santos (não publicada) destaca a formação de um professor destinado a atuar na educação básica e/ou profissional, alegando que grande parte dos professores formada pela RFEPT se destina à própria educação profissional e tecnológica. Com isso aprofunda a questão sobre a coerência entre o que se faz na formação com o que se espera do cursista como profissional, partindo

do 16 entendimento que o futuro professor aprende a profissão no lugar em que vai atuar [...] (LIMA; SILVA, 2011, p.6).

A proposta de uma nova matriz curricular eficaz totalmente voltada para uma formação de professor trazida pelos Institutos Federais é considerada desafiadora, uma vez que esta tem como principal objetivo extinguir dos cursos de licenciatura as características de curso de bacharel, principalmente quando se trata de formação de professores da área de exatas. Um dos maiores desafios se encontra no quadro de professores que irá atuar nesses cursos de formação, uma vez que grande parte do corpo docente é formada por professores que só estão acostumados em formar técnicos, conseqüentemente preparar os alunos para um mercado de trabalho focado em indústrias, com traços educacionais da Revolução Industrial, quando se ensinava de acordo com a necessidade do mercado. A formação desses docentes também tem uma grande importância, considerando que é a partir dela que os professores passariam a entender seus respectivos papéis em um curso voltado para formar professores, não bacharéis ou técnicos. Por outro lado, a grande vantagem dos cursos de licenciatura criados nos Institutos Federais é que o futuro professor já estaria estudando diretamente em seu local de atuação, pois existem outras modalidades sendo ofertadas dentro da instituição, tais como ensino médio e subsequente, este é um diferencial para o licenciando uma vez que o local onde ele estuda serve diariamente como área de observação e prática para o que será seu real campo de atuação, aproximando este licenciando da realidade do que é ser professor e das práticas de sala de aula. Sendo assim o licenciado estaria em contato direto com a escola diariamente, realidade muito diferente dos alunos que estão inseridos nas universidades federais. Isso se confirma no que nos traz Pacheco, Pereira e Sobrinho (2009, p.6):

Outro forte diferencial diz respeito à verticalização do ensino, devendo essa traduzir-se na oferta dos vários níveis da educação profissional e tecnológica, de modo a assegurar possibilidades diversas de escolarização e abrir caminho para a instituição de itinerários de formação. Essa arquitetura curricular tornar-se-á possível dado o fato de os profissionais dessas novas instituições poderem dialogar, simultaneamente e de modo articulado, “da educação básica à pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear”.

Por esse motivo, para que o novo modelo de um curso de licenciatura funcione eficazmente, é necessário que os professores dos Institutos Federais estejam motivados a se prepararem para tal missão, dispostos a conhecer novos tipos de metodologias através de cursos de formação continuada, ficando assim, melhor preparados para ensinar a dar aula. É necessário que se compreenda que apenas saber sua respectiva disciplina voltada para o eixo específico, não é a única característica necessária para se formar um bom professor.

Sendo assim, entendemos que os docentes que já atuavam em um instituição que tradicionalmente é conhecida por formar técnicos, agora formam professores, e para tal tarefa,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

é necessário tanto entender a formação desses docentes, bem como entender a trajetória desses profissionais até chegar em uma sala de aula para formar professores, uma vez que agora, apenas saber o conteúdo a ser lecionado e suas aplicações não é a única necessidade, é de fundamental importância também ensinar aos licenciados como passar esse conteúdo.

Mas será que esses professores estão realmente dispostos a isso? O ideal seria que os profissionais ligados às licenciaturas fossem dedicados apenas a formação de professores, para que o curso tenha uma verdadeira identidade e funcione como planejado; mas, será que isso é possível? Os professores dos Institutos Federais que estão em sala de aula no ensino técnico em sua maioria são os mesmos professores que estão também atuando nas licenciaturas. Isso seria bom, pois o formador ainda estaria em contato com a educação básica e poderia utilizar isso para passar experiências aos licenciandos. Por outro lado, tal situação acaba gerando uma falta de identidade não só do profissional docente como também dos próprios cursos de licenciatura, onde os maiores afetados serão os licenciandos, que continuarão despreparados para atuar dentro de sala de aula como já vem ocorrendo nas Universidades Federais.

Os professores, ao ingressarem nos Institutos Federais, devem estar aptos para lecionar em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados, desde a educação básica (ensino médio integrado e ensino técnico) até o ensino superior (graduação: cursos tecnológicos, licenciaturas e bacharelados e pós-graduação: cursos de especialização, mestrado e doutorado quando houver), perpassando ainda pelas modalidades de ensino da educação profissional e da educação de jovens e adultos.

Compreendemos que esse professor se torna polivalente, traduzindo uma identidade profissional indefinida:

A polivalência é uma característica do novo modelo de produção, mais flexível e informatizado, que surge para substituir o taylorismo/fordismo. O aspecto mais relevante deste novo modelo de organização do trabalho é a exigência de o trabalhador desempenhar várias tarefas ou funções dentro do local de trabalho (SANTOS, PIZZI, 2007, p.162).

Desta forma, esse professor tem que atender as exigências da sua instituição de ensino, cumprindo com a sua carga horária nos níveis e modalidades de ensino determinados pela sua coordenação, além de desempenhar atividades de pesquisa, extensão e gestão. Essa situação faz com que o trabalho desse docente não possua uma identidade própria, tendo ele que reorganizar a sua prática educativa para atender a toda essa diversidade educacional, que requer estudos e metodologias próprias para cada nível e modalidade de ensino.

Identidade Profissional Docente

A construção da identidade dos professores é uma questão muito complexa, considerando a apropriação que cada um faz de suas experiências vividas, de sua história e autonomia diante dos saberes adquiridos ao longo do seu processo formativo.

Quando tratamos apenas do conceito de identidade, Hall (2009) nos traz um conceito de identidade estratégico e posicional no qual não existe um núcleo estável do eu individual, que permaneça idêntico ao longo do tempo. Dessa forma, Hall acredita que deixa de existir o eu coletivo “capaz de estabilizar, fixar ou garantir o pertencimento cultural ou uma ‘unidade’ imutável que se sobrepõe a todas as outras diferenças – supostamente artificiais” (2009, p. 108).

O autor também nos traz que na visão da modernidade tardia não existe uma identidade, mas sim identidades que estão permanentemente se transformando, nunca são unificadas e singulares; ao contrário, são fraturadas e construídas multiplamente por discursos, práticas e posições que tanto podem ser contrárias como concordantes, (HALL, 2009, p. 109).

Dessa forma, compreendemos que as identidades são constituídas pelos discursos, ou seja, “Os sujeitos são, assim, sujeitados ao discurso e devem, eles próprios, assumi-lo como indivíduos que, dessa forma, se posicionam a si próprios. As posições que assumimos e com as quais nos identificamos constituem nossas identidades” (WOODWARD,2009, p. 55).

Nóvoa (2000, p.16) ao afirmar que “a identidade não é um dado adquirido, não é uma propriedade, não é um produto. A identidade é um lugar de lutas e de conflitos, é um espaço de construção de maneiras de ser e de estar na profissão”. Sendo assim, entendemos que a construção da identidade de um indivíduo acontece a partir de seus próprios discursos, os quais ocorrem com o passar do tempo. A partir do momento em que não há uma rotina de discurso e uma identificação com seu eu, essa “ construção” de identidade será descontínua, gerando uma crise na identidade do indivíduo.

Todas essas dimensões se configuram nas posições tomadas pelos professores durante a realização do seu trabalho docente, definindo a sua identidade profissional.

Caracterização dos docentes

Para melhor compreender a formação dos professores do IFAL, suas experiências e práticas enquanto docentes, optamos por caracterizar um a um utilizando a sigla “P1”, “P2”, “P3” e “ P4”, para preservar a identidade dos entrevistados.

P1 tem 43 anos, é casado, natural de Maceió, foi aluno de escolas privadas durante a educação básica, possui Graduação em Licenciatura em Química pela Universidade Federal de Alagoas e mestrado e doutorado na Química também pela UFAL. Quanto à escolha pela profissão docente, o entrevistado diz que “ ser professor, foi que motivou a ser professor”, uma vez que o mesmo iniciou sua graduação em engenharia química, e começou a dar aulas de

química para ter uma fonte de renda, a partir disso o entrevistado cita que começou a gostar de ensinar e optou pela transferência para um curso de licenciatura, e afirma gostar de ser professor. P1 é professor há 20 anos e possui experiências em redes privadas, estaduais da educação básica e foi professor da Universidade Estadual de Alagoas, atualmente é professor apenas do IFAL e atua no curso de Licenciatura em Química e no médio integrado de Química.

P2 tem 40 anos, casado, nascido em Recife/Pernambuco, durante o ensino médio estudou na Escola técnica Estadual de Pernambuco. Possui graduação em licenciatura em Química pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e mestrado e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco. A escolha pela profissão docente ocorreu durante sua graduação, quando o entrevistado relata ingressou no curso de licenciatura pois queria ter um curso superior e após ter contato com a aprendizagem, percebeu que era a profissão que ele queria e gosta de exercê-la. O entrevistado já trabalhou em escolas particulares e da rede pública municipal e estadual no nível fundamental e médio. Tornou-se professor do IFAL por acaso, quando prestou concurso para o IFPE e foi remanejado para o IFAL. No Instituto Federal de Alagoas atua como formador de cursos de formação continuada para professores, onde esses professores trazem suas respectivas realidades dentro de sala de aula e o intuito do curso é trabalhar em cima dessa realidade dentro das escolas desses professores, também é professor dos níveis médio, técnico, superior e pós-graduação do IFAL.

P3 tem 33 anos, é casado, natural de Maceió, cursou o ensino médio em escola privada, possui graduação em Licenciatura em Química pela Universidade Federal de Alagoas, mestrado em química orgânica, inorgânica e organometálica e doutorado em química orgânica. Quanto a escolha de sua profissão, conta que foi conduzido a ser professor, e explica que embora tenha feito um curso de licenciatura, o mesmo possuía características de bacharelado com algumas disciplinas do eixo pedagógico que o habilitava a ser professor. Escolheu ser professor do IFAL, pois segundo ele poderia contribuir de forma mais significativa na educação federal e também pela estabilidade financeira. Já lecionou nas redes estaduais e municipais de ensino e foi professor substituto da UFAL, atualmente atua nos cursos técnicos de química, na licenciatura em química, nos cursos tecnológicos de tecnologia de alimentos e também nos programas de pós-graduação do IFAL.

P4 tem 39 anos, casado, natural de Juazeiro do Norte, cursou o ensino médio em escola pública de uma cidade no interior do Ceará, é graduado em tecnologia dos alimentos, possui mestrado em Engenharia agrícola e doutorado em engenharia de processos químicos, os dois últimos, ele cursou em Campina Grande, enquanto sua graduação ele concluiu na cidade de Juazeiro. Sobre a escolha da sua profissão o entrevistado relata: “Professor a gente é de tabela,

eu queria ser pesquisador, ser professor foi uma oportunidade que apareceu e atrás de dinheiro né, que a gente tem que ganhar dinheiro, foi a motivação porque sem dinheiro professor não é nada não.”. Sendo assim, justificou a escola por ser professor do IFAL, m função de ser a instituição que “paga melhor”, mas diz que gosta de ser professor.

Após a caracterização dos docentes é possível perceber que esses professores acabam se tornando polivalentes, traduzindo uma identidade profissional indefinida, visto que a construção de uma identidade está atrelada ao papel que estes assumem nas instituições de ensino. Essa situação faz com que o trabalho desse docente não possua uma identidade própria, tendo ele que reorganizar a sua prática educativa para atender a toda essa diversidade educacional, que requer estudos e metodologias próprias para cada nível e modalidade de ensino.

Todas essas dimensões se configuram nas posições tomadas pelos professores durante a realização do seu trabalho docente, definindo a sua identidade profissional.

[...] uma identidade profissional se constrói, pois, com base na significação social da profissão; na revisão constante dos significados sociais da profissão; na revisão das tradições. Mas também com base na reafirmação de práticas consagradas culturalmente que permanecem significativas. [...] Constrói-se, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente em seu cotidiano, em seu modo de situar-se no mundo, em sua história de vida, em suas representações, em seus saberes, em suas angústias e anseios, no sentido que tem em sua vida o ser professor (PIMENTA, ANASTASIOU, 2002, p.77).

Nesse sentido, a identidade do professor passa por um processo constante de revisão dos significados sociais da sua profissionalização.

As narrativas docentes e suas práticas.

Para melhor compreender a formação dos professores do curso de licenciatura em química do IFAL e como o próprio Instituto pode estar colaborando com a continuidade desta para seus próprios docentes, além de caracterizar os professores também foram feitos outros questionamentos para compreender suas respectivas relações com os cursos de licenciatura do IFAL.

Assim sendo os professores foram questionados sobre o que significa ser professor do curso de Licenciatura em química do Instituto Federal de Alagoas, e notou-se que os docentes divergem em relação a isto, pois uns se preocupam em como os futuros docentes serão formados, outros chegaram ao IFAL ao acaso e ainda há quem subestime a capacidade dos licenciandos, isso pode ser percebido em suas falas :

“Significa ajudar a formar mais professores pra uma área que é muito carente que é a química, que poucas pessoas conseguem se identificar com química devido a vários

fatores, inclusive dificuldade de aprender e mais ainda dificuldade de ensinar, isso assusta algumas pessoas que desistem da licenciatura.” (P1)

“A gente quando pensava [...], a gente se decepciona com os alunos, a gente esperava mais dos alunos, porque os meus alunos do médio são muito melhores do que os alunos da graduação. Por que ? não acompanham o nível, o nível que você colocar no médio, os alunos do médio correspondem. No superior... aí desmotiva você... eu prefiro quando eu tô dando aula mais no médio, me sinto mais professor, vamos dizer, que eu ensine e aquilo ali vai... o outro vai por obrigação mesmo, pra cumprir a tabela da... do que manda.” (P4)

“Ah não foi uma escolha o IFAL, não foi uma escolha específica, inclusive na verdade eu fiz o concurso pra Pernambuco, aí por redistribuição eu vim parar aqui.” (P2)

Concordamos com Marinho (2015, p.71) quando diz que “[...] a formação continua de professores assume um papel importante para a ressignificação da crise de identidade profissional docente.”, sendo assim, percebe-se que os docentes dos cursos de licenciatura necessitam estar em processos de aprendizagem contínuos que auxiliem na tanto em suas áreas específicas de ensino, quanto em suas práticas docentes, para que os mesmos consigam alcançar as melhores maneiras de formar um professor, por esse motivo os docentes foram questionados a respeito dos possíveis cursos de formação continuada realizados por eles para saber se estes proporcionaram melhoria em suas práticas pedagógicas enquanto professores das licenciaturas:

“Não, não mudou não” (P4)

“Sim. Mas você tá dizendo como ministrante né? Como ministrante ou participando. Não eu não participo, eu só participo como formador, Então como formador contribui porque [...] primeiro porque eu tô trabalhando nesse curso de formação continuada com professores que estão na sala de aula, diferente dos alunos aqui da licenciatura, então eles já trazem realidade do que eles passam, e aí a gente trabalha em cima do que eles trabalham lá na escola e isso é importante.” (P2)

“ Sim, porque você aprende a ligar, atrelar a teoria com a prática, você aprende a ter a prática pedagógica não a prática... em química as pessoas confundem muito isso, existe a pratica de laboratório e existe a pratica pedagógica, aqui a gente tá falando de prática pedagógica, ajuda você a entender a pratica pedagógica associada a bagagem que você tá levando, o conteúdo que você tá ali abordando.” (P1)

Percebemos que os docentes reconhecem a necessidade de participar de cursos de formação continuada, alguns são os próprios ministrantes, e entendem que os cursos de formação continuada, irão melhorar suas práticas e conseqüentemente sua atuação dentro do curso de licenciatura em química.

A respeito de suas experiências no ensino superior, buscamos saber a respeito de suas primeiras experiências, e eles responderam:

“Quando eu passei no concurso pra ensinar na UNEAL, eu era antigamente só professor do ensino médio, aí em 2004... fiz o concurso em 2003, em 2004 fui chamado pra ensinar na UNEAL pelo concurso, aí comecei no ensino superior.” (P1)

“Desde que eu entrei aqui quando surgiu o curso superior a gente tinha que atuar. Mas aqui foi sua primeira experiência como professor? Não, já tive dois anos de experiência como professor substituto na Universidade Federal Rural de Pernambuco, e lá eu ensinava no curso de licenciatura em química.” (P2)

“Abriu o concurso, eu era técnico de laboratório e aí pagava mais, eu fui fazer. Fiz o processo paguei e pronto. Foi simples assim, dinheiro, o que move o mundo é dinheiro. Não é por vocação, mentira! Tudo mentira, o povo vai pra onde tem dinheiro.” (P4)

Sendo assim, notamos que alguns já haviam tido contato com o ensino superior antes de atuarem nos cursos de licenciatura do IFAL, já outros, só começaram a atuar no ensino superior quando os cursos de formação de professor foram inseridos na instituição, mas ainda existe um professor que tornou-se professor do ensino superior motivado pela condição financeira, isso se dá muito provavelmente como consequência de sua formação. Segundo Lima e Silva:

Como objetivo das licenciaturas nos IFs, Santos (não publicada) destaca a formação de um professor destinado a atuar na educação básica e/ou profissional, alegando que grande parte dos professores formada pela RFEPT se destina à própria educação profissional e tecnológica. Com isso aprofunda a questão sobre a coerência entre o que se faz na formação com o que se espera do cursista como profissional, partindo do entendimento que o futuro professor aprende a profissão no lugar em que vai atuar [...] (LIMA; SILVA, 2011, p.6).

Nessa perspectiva temos em mente que os formadores de professores são os mesmos que atuam na educação básica dentro de uma mesma instituição, o que pode ser um ponto positivo, uma vez que os docentes estão inseridos em um ambiente em que eles estão ensinando os licenciandos a atuar, facilitando a troca de informações e experiência na educação básica. Esse diferencial de trabalhar em diferentes modalidades de ensino em uma única instituição pode ser bom por um lado, porém pode ser um fator complicador em relação as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores nas diferentes modalidades, por esse motivo, os docentes entrevistados foram questionados se há uma diferença entre a pedagógica para ensinar no curso de Licenciatura e em outros cursos/níveis/modalidades de ensino no IFAL e eles dizem que:

“Pra ensinar na licenciatura e no tecnológico a gente tem que abaixar mais um pouquinho o nível do médio.” (P4)

“Sim tem diferença sim, é como eu te falei quando a gente tá trabalhando num curso da licenciatura, a gente tem que perceber que o aluno se espelha na gente como professor então é diferente algumas posturas que temos que ter no curso de licenciatura é uma postura um pouco diferente da postura que temos em outros cursos, então por exemplo, não que em outras modalidades não haja mas na licenciatura tem que se levar em conta a interação com o aluno da licenciatura, então o professor ele não pode ficar muito distante do aluno, tem que na sua prática esse ponto ele tem que tentar colocar que é uma interação próxima com o aluno.”(P2)

“Sim, eu trabalho de forma totalmente diferente, quando eu trabalho no ensino médio eu trabalho com um conhecimento, um nível de que o aluno tá ali, eu nem gosto de chamar de aluno, é mais força de expressão, aluno significa “sem luz” e todos os

alunos são bem iluminados, Graças a Deus, então os estudantes do ensino médio, do técnico integrado ao médio, eles tão na fase de começar a compreender o conhecimento de começar a lidar com as informações dadas, aplicadas em situações não só na escola, como na vida dele como cidadão, já no curso de licenciatura, no curso de graduação, você vai tentar... voltando um pouco, mesmo no curso técnico integrado ao médio, embora ele vá ser um profissional, devido à idade dele, é mais uma questão de passar o conhecimento, mostrar onde ele se aplica, mas ele vai fundamentar, alicerçar o conhecimento dele ali, já no nível superior não, eu trabalho muito com deixar o aluno, o estudante produzir o conhecimento, no médio é mais passar o conhecimento e deixar até que ele acrescente com o que ele tem mas no superior não, sempre trabalho com o aluno produzindo conhecimento, o estudante vai ter que... você mostra qual é o assunto, tema e ali você trabalha pra que ele traga o conhecimento dele, principalmente se for uma disciplina experimental eu sempre trabalho com práticas que são elaboradas com o grupo discente, com os estudantes.” (P1)

A partir dessas respostas percebemos que há uma certa confusão e talvez uma falta de preparo em distinguir em como devem ser suas práticas pedagógicas para atuar em diferentes modalidades. Arriscamos dizer também que em alguns casos, há uma certa ignorância em perceber as especificidades, necessidades e objetivos de cada modalidade. Concordamos com Houssaye (1995) e Pimenta (1996a,apud Pimenta 1997,p.6)quando diz que “ É nesse contexto que as pesquisas sobre a prática, estão anunciando novos caminhos para a formação docente. Um deles, refere-se à discussão sobre a identidade profissional do professor, tendo como um de seus aspectos a questão dos saberes que configuram a docência.”

Os docentes ainda foram questionados se eles se sentem preparados para atuar como professores formadores de professores:

“Olha, a auto avaliação é complicado, quebrando o protocolo, existem discentes que dizem: “você tem uma boa prática profissional”, existe discentes que dizem; “você não tem uma boa prática profissional”, eu digo o seguinte, nem Jesus cristo conseguiu agradar a todos, sem a minha pessoa ou com a minha pessoa, a disciplina tem que caminha né, então pra ser sincero não tenho esse poder de auto avaliação, em alguns casos específicos eu passo eu passo normalmente um questionário buscando justamente avaliar a minha prática pedagógica, bem até hoje eu só tive um caso específico do aluno mencionar que não era boa, não entendia, mas assim num universo de acho que 40 alunos, um se manifestou, me chamou atenção e eu fui sondar quem era o aluno, ao sondar quem era o aluno, o aluno mal aparecia em sala de aula, então não dava pra mensurar qual a influência ou não da minha pessoa ministrando.”(P3)

Pra mim, acho que é natural, não tenho dificuldade não, tanto faz ensinar pra o ensino médio, técnico, tecnológico, licenciatura, mestrado, doutorado, isso aí pra mim não tem nenhuma diferença não é só o nível do “acocho”. (P4)

Concordamos com Machado (2008) quando apresenta o perfil docente a ser formado para a educação profissional como um sujeito da reflexão e da pesquisa, disposto para o trabalho coletivo e aberto a crítica, com compromisso com a sua qualificação permanente, tendo conhecimento da sua profissão, sabendo dos limites e possibilidades do trabalho docente que realiza e precisa realizar.

Dessa forma, a partir das entrevistas realizadas com os docentes é possível perceber que, como os cursos superiores são recentes nos IF's, e os professores que já atuam no nível técnico passam a se adaptar a essa nova realidade, que o trabalho docente não possui uma identidade própria, tendo ele que reorganizar a sua prática docente para atender a toda essa diversidade educacional, que requer estudos e metodologias próprias para cada nível e modalidade de ensino, além de possibilitaram perceber as concepções e perspectivas da formação de professores nos cursos de licenciatura oferecidos pelos Institutos Federais como uma oportunidade para os mesmos se qualificarem.

Isso nos permite afirmar que a docência é uma atividade profissional complexa, que demanda saberes diversificados e, por isso, é preciso discutir cada vez mais a questão da identidade profissional docente.

Considerações Finais

Com os resultados encontrados, percebemos que a formação inicial não só pressupõe apenas uma construção de caráter acadêmico e disciplinar, mas também pretende dar resposta às novas demandas de atuação do professor como um dos agentes sociais mais ativos das mudanças.

Após a análise das entrevistas, foi possível notar que os professores que atuam nos cursos de licenciatura do IFAL estão em processo de construção de suas respectivas identidades profissionais, bem como a própria instituição encontra-se no mesmo processo, uma vez que estes foram impostos a tais mudanças, independente da característica da instituição ou da formação dos docentes. Com isso, percebemos a necessidade de uma melhora no processo formativo desses e uma adaptação de suas práticas pedagógicas, para que estes estejam aptos a formar novos professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto no 3.462, de 17 de maio de 2000. Dá nova redação ao art. 8º do Decreto nº 2.406, de 27 de novembro de 1997, que regulamenta a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Brasília, 2000. Disponível em: . Acesso em 20 mar. 2018

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2018.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2001.

ECHEVERRÍA, A. R.; ZANON, L. B. (Orgs.). Formação superior em química no Brasil: práticas e fundamentos curriculares. Ijuí: Editora Unijuí, 2010

GAUCHE, R.; SILVA, R. R.; BAPTISTA J. A.; SANTOS, W. L. P.; Mól, G. S.; MACHADO, P. F. L. Formação de professores de química: concepções e proposições. Química Nova na Escola, São Paulo: SBQ, n. 27, p. 26-29, fev. 2008.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: Silva, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 103-133.

LIMA, F. B. G. de; SILVA, K. A. C. P. C. da. As licenciaturas nos institutos federais: concepções e pressupostos. 2011. Acesso em: 01 fev. 2012.

MACHADO, L. R. de S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: MEC, SETEC, vol. 1, n. 1, p.8-22, jun., 2008.

MARINHO, P. Identidades profissionais docentes- na “desordem” construindo uma “nova ordem”. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, v.3, n.5, p. 60-75, 2015.

NARDI, R. org. Ensino de ciências e matemática, I: temas sobre a formação de professores [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.p.45. Acesso em 14 fev 2018.
NÓVOA, A. Diz-me como ensinas, dir-te-ei quem és e vice-versa. In: FAZENDA, I. (org.). A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2000.

_____. Profissão professor. Porto: Porto Editora, 1992.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G. Formação de Professores- saberes da docência e identidade do professor. Nuances, vol III p.5-14, 1997

SA, CARMEN SILVIA DA SILVA; SANTOS, WILDSO LUIZ PEREIRA DOS. Constituição de identidades em um curso de licenciatura em química. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 22, n. 69, p. 315-338, jun. 2017 . Disponível em . acessos em 01 abr. 2018

SANTOS, R. M. B.; PIZZI, L. C. V. A polivalência do trabalho docente hoje. In: PINTO, A. de C.; COSTA, C. J. de S. A.; HADDAD, L. (orgs.). Formação do pesquisador em educação: questões contemporâneas. Maceió: EDUFAL, 2007, p.161-174

PACHECO, E. M; PEREIRA, L. A. C; SOBRINHO, M. D. Educação profissional e tecnológica: das Escolas de Aprendizes Artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. T&C Amazônia. Ano VII. N. 16, p 2- 7. Fev, 2009. Disponível em: <
<http://politicaspUBLICAS.yolasite.com/resources/Educa%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20e%20tecnol%C3%B3gica%20das%20escolas%20de%20aprendiz%20de%20art%C3%ADfices%20aos%20institutos%20federais%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20ci%C3%Aancia%20e%20tecnologia..pdf>> Acesso em: 9 out, 2017.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 7-72.